



ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA PARA AQUISIÇÃO

1. DO OBJETO

1.1 Aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA A CONFEÇÃO DO CARDÁPIO DA CASA DE REPOUSO SANTA LÚCIA (cereais, hortifrutigranjeiro, carnes e laticínios), para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, pelo período de 6 (seis) meses, conforme condições, especificações, exigências e estimativas estabelecidas nos autos, bem como nas demais cláusulas deste instrumento.

1.2	Requisitante:	Secretaria Municipal de Saúde;
1.3	Fundamentação legal:	Pregão Eletrônico via Registro de Preços, nos termos da Lei nº 10.520/2002 c/c Lei 8.666/93 c/c Decreto Federal nº 10.024/2019 c/c Decreto Municipal nº 599/2020;
1.4	Período:	6 (seis) meses;
1.5	Tipo:	Menor preço global por lote, nos termos da Lei nº. 8.666/93.

1.5.1 Quanto à adoção do critério de julgamento de “menor preço global por lote”, para licitações que objetivam a aquisição de gêneros alimentícios, não encontra óbice no sistema normativo, uma vez decorrente do poder discricionário conferido à Administração de estabelecer critérios que melhor se adaptem às suas necessidades. Ao examinar o certame, a Administração entende por adequada a escolha do “menor preço global por lote”, considerando presumida inconveniência de a Administração possuir inúmeros fornecedores, com maior probabilidade da ocorrência de transtornos referentes a entregas separadas, descontínuas e não sincronizadas, que em nada contribuem para o alcance do interesse público. Complementamos os argumentos desta Administração no sentido da inconveniência da contratação de inúmeros fornecedores no controle de diversos pedidos e datas de entrega, fatos passíveis de ocasionar prejuízo aos destinatários dos produtos, neste caso, as pessoas atendidas na Clínica de Repouso Santa Lúcia. A Administração tem poder-dever de adotar a forma de seleção que melhor atenda ao interesse perseguido. Com efeito, embora recomendável que o julgamento da competição se dê por itens, há hipóteses que, por não implicarem prejuízo ao conjunto, admitem licitação por preço global. Porém, é importante destacar que ocorreu o fracionamento do objeto da licitação em tantas parcelas quanto se demonstraram viáveis para manter o caráter competitivo do certame. Foi assegurado que o objeto da licitação fosse separado em lotes de grupos alimentares iguais, tal como um lote para carnes, outro para hortifrutigranjeiros, outro para cereais e outro para laticínios, permitindo, assim, um número maior de interessados, inclusive fabricantes e fornecedores de apenas um grupo alimentar.



1.5.2 No que diz respeito ao critério de julgamento adotado (menor preço por lote). No caso, visa-se à escolha de um único fornecedor que se incumbirá não só de abastecer os gêneros alimentícios, como também de cuidar da logística que envolve a entrega, seguindo o local, dias e horários determinados pela Administração. O fornecedor também deverá atender as exigências ao tipo de transporte apropriado para o gênero entregue. O agrupamento em lotes, no caso, favorece o planejamento e propicia ganhos de economia de escala. É de rigor, no entanto, que se aglutinem produtos assemelhados, de modo que se resguardem a isonomia e a competitividade desejadas. Bem por isso, a Administração cuidou para que se agrupem produtos de mesma natureza. A divisão do objeto em diversos itens de fornecimento não se mostra mais eficiente tecnicamente, e tais peculiaridades, trazidas à lume, conduzem à conclusão de que a Prefeitura optou em licitar os itens agrupados em variados lotes mais vantajoso.

2. DA AQUISIÇÃO

2.1 A tabela abaixo demonstra detalhadamente o objeto do presente Termo de Referência, bem como o número de itens e o respectivo quantitativo:

LOTE 01 - hortifrutigranjeiro

1-	CATMAT467346 ABÓBORA MADURA	KG	612
2-	CATMAT 463749 ABOBRINHA ITALIANA	KG	81
3-	CATMAT 463819 AGRIÃO	KG	40
4-	CATMAT 463833 ALFACE LISA	KG	81
5-	CATMAT 461695 ALHO	KG	91
6-	CATMAT 463795 AIPIM	KG	255
7-	CATMAT 463760 BATATA BAROA	KG	255
8-	CATMAT 463753 BATATA DOCE	KG	255
9-	CATMAT 463754 BATATA INGLESA, LAVADA	KG	1020
10-	CATMAT 463767 BETERRABA	KG	244
11-	CATMAT 463837 BRÓCOLIS	KG	81
12-	CATMAT 469781 CEBOLA	KG	306
13-	CATMAT 463770 CENOURA	KG	408
14-	CATMAT 463882 CHEIRO-VERDE	KG	61
15-	CATMAT 463778 CHUCHU	KG	408
16-	CATMAT 463822 COUVE	KG	61
17-	CATMAT 463831 COUVE-FLOR	KG	81
18-	CATMAT 463824 ESPINAFRE	KG	122
19-	CATMAT 463789 INHAME	KG	255
20-	CATMAT 463796 PEPINO	KG	81
21-	CATMAT 463839 REPOLHO	KG	163
22-	CATMAT 463806 TOMATE	KG	306
23-	CATMAT 463814 VAGEM MANTEIGA	KG	61
24-	CATMAT 464374 ABACAXI	KG	272
25-	CATMAT 464380 BANANA D'ÁGUA	KG	408



26-	CATMAT 464381 BANANA PRATA	KG	408
27-	CATMAT 464388 CAQUI	KG	136
28-	CATMAT 464392 GOIABA	KG	272
29-	CATMAT 464394 LARANJA LIMA	KG	408
30-	CATMAT 464396 LARANJA SELETA	KG	408
31-	CATMAT 464398 LIMÃO BRANCO TAITI	KG	408
32-	CATMAT 332521 MAÇA NACIONAL	KG	816
33-	CATMAT 464405 MAMÃO FORMOSA	KG	816
34-	CATMAT 464418 MELANCIA	KG	272
35-	CATMAT 464425 PÊRA WILLIANS	KG	272
36-	CATMAT 464436 TANGERINA PONKAN	KG	272
37-	CATMAT 464438 UVA ITALIA	KG	408
38-	CATMAT 446618 OVO, GALINHA extra, classe a, branco, acondicionado em caixa com uma dúzia, perfazendo no mínimo 720g.	DZ	676

LOTE 02 – laticínios

1-	CATMAT 446704 IOGURTE, POLPA DE FRUTAS diversos sabores, em embalagem original, garrafa plástica, com no mínimo 900g, contendo a descrição das características do produto. Isento de gordura trans.	UM	468
2-	CATMAT 446384 MANTEIGA extra, com sal, em embalagem original com 200g. Isento de gordura trans.	UM	390
3-	CATMAT 463699 MARGARINA VEGETAL cremosa, com sal, contendo de 60 a 95% de teor de lipídios, isento de gordura trans, acondicionada em embalagem original com 500g com as devidas características do produto. Deverá estar isenta de ranço e outras características indesejáveis, apresentando aspecto, cheiro, sabor e cor normais.	UM	156
4-	CATMAT 425288 REQUEIJÃO CREMOSO tradicional, em embalagem original com 200g. Isento de gordura trans.	UM	390
5-	CATMAT 446634 QUEIJO MUSSARELA em embalagem plástica original contendo a descrição das características do produto.	KG	122
6-	CATMAT 446661 QUEIJO MINAS FRESCAL em embalagem plástica original, contendo no mínimo 500g.	KG	122

LOTE 03 – carnes

1-	CATMAT 447594 CARNE, FRANGO (FILÉ DE PEITO) sem osso, congelada, em embalagem plástica original.	KG	510
2-	CATMAT 454336 CARNE BOVINA de 1º qualidade, PATINHO, sem osso, congelada, em embalagem plástica conforme legislação.	KG	357
3-	CATMAT 447448 CARNE BOVINA (MUSCULO) sem osso, com no máximo 10% de gordura congelada, sendo cada peça	KG	357



	embalada individualmente acondiciona em embalagem plástica com no máximo 5kg		
4-	CATMAT 447636 CARNE DE FRANGO (COXA /SOBRECOXA) com osso, sem dorso, congelada, em embalagem plástica original.	KG	510
5-	CATMAT 448892 PEIXE (PESCADA) em filé, sem pele, sem espinha, congelado, em embalagem plástica conforme legislação.	KG	357
6-	CATMAT 451670 CARNE SUINA (LOMBO) sem osso, congelado, em embalagem plástica conforme legislação.	KG	357

LOTE 04 – cereais

1-	CATMAT 458904 ARROZ (POLIDO) AGULHINHA tipo 1, extra, grão longo e fino, acondicionado em embalagem plástica original, contendo a descrição das características do produto.	KG	918
2-	CATMAT 464552 FEIJÃO PRETO grupo 1, tipo 1, acondicionado em embalagem plástica, original com 1Kg, contendo a descrição das características do produto.	KG	666
3-	CATMAT 279262 MILHO, CANJICA especial, classe branca, tipo 2, acondicionada em embalagem plástica, original, com 500g contendo as características do produto.	UM	102
4-	CATMAT 459072 CANJQUINHA, MILHO amarela, pura, sem corante e conservantes, acondicionada em embalagem plástica original, contendo as características do produto.	KG	162
5-	CATMAT 470688 FUBA, MILHO extra, 1ª qualidade, acondicionado em embalagem plástica, original com 1kg, contendo a descrição das características do produto.	KG	120
6-	CATMAT 94650 FARINHA, MANDIOCA tipo 1, seca, crua, fina branca, acondicionada em embalagem original com 1Kg.	KG	162
7-	CATMAT 459586 FERMENTO QUIMICO, em pó, em embalagem original com 100g	UM	42
8-	CATMAT 465332 FARINHA, TRIGO tipo 1, acondicionado em embalagem plástica original com 1Kg contendo as descrições do produto.	KG	162
9-	CATMAT 326330 FARINHA, QUIBE acondicionado em embalagem plástica, original com 500g, contendo a descrição das características do produto.	UM	162
10-	CATMAT 458963 MASSA ALIMENTICIA, PADRE NOSSO com semolina, acondicionada em embalagem original 500g, contendo a descrição das características do produto. Isento de gordura trans.	UM	120
11-	CATMAT 458955 MASSA ALIMENTICIA, ESPAGUETE com ovos, nº 8 ou nº 9, acondicionada em embalagem original com 500g, contendo a descrição das características do produto. Isento de gordura trans.	UM	408
12-	CATMAT 217243 MASSA ALIMENTICIA, PARAFUSO com ovos, acondicionada em embalagem original com 500g, contendo a descrição das características do produto. Isento de gordura trans.	UM	204



13-	CATMAT 235093 BISCOITO SALGADO CREAM-CRACKER acondicionado em embalagem original com 200g, contendo a descrição das características do produto. Isento de gordura trans.	UM	612
14-	CATMAT 389172 BISCOITO DOCE MAISENA acondicionado em embalagem original com 200g, contendo a descrição das características do produto. Isento de gordura trans.	UM	612
15-	CATMAT 402544 BISCOITO DOCE ROSQUINHA acondicionada e embalagem plástica de no mínimo de 350g. Isento de gordura trans.	UM	348
16-	CATMAT 463692 ÓLEO, SOJA tipo 1, refinado, em embalagem original com 900ml, contendo as especificações do produto. Isento de gordura trans.	UM	204
17-	CATMAT 448219 SAL refinado e iodado, em embalagem plástica original com 1Kg, contendo descrição das características do produto.	KG	60
18-	CATMAT 463994 AÇUCAR REFINADO especial, acondicionado em embalagem plástica original, com as características do produto.	KG	462
19-	CATMAT 459670 EXTRATO DE TOMATE concentrado, em embalagem original com mínimo 300 g, contendo as descrições das características do produto. Isento de gordura trans.	UM	546
20-	CATMAT 9032 VINAGRE, álcool, em embalagem original com 750 ml com as devidas características do produto.	UM	30
21-	CATMAT 463593 CAFÉ torrado e moído, de 1ª qualidade, com selo de pureza abic, embalado automaticamente, acondicionado em embalagem metalizada original com 500g, contendo as descrições das características do produto.	UM	426
22-	CATMAT 460501 AVEIA, FLOCOS FINOS embalagem original com 200g	UM	204
23-	CATMAT 463556 ALIMENTO ACHOCOLATADO em pó, instantâneo, aspecto do pó homogêneo, cheiro característico e 4sabor doce próprio. Acondicionado em embalagem original com no mínimo 400g com as descrições do produto. Isento de gordura trans.	UM	462
24-	CATMAT 459077 AMIDO, MILHO acondicionado em embalagem original, com 500g.	UN.	42
25-	CATMAT 407523 ADOÇANTE DIETÉTICO, liquido, sucralose, embalagem original com no mínimo 75ml.	UN.	120
26-	CATMAT 464578 SUCO CONCENTRADO CAJU embalagem original com 500ml.	UN.	324
27-	CATMAT 464571 SUCO CONCENTRADO MARACUJA embalagem original com 500ml.	UN.	324
28-	CATMAT 464755 SUCO CONCENTRADO UVA embalagem original com 500ml.	UN.	324
29-	CATMAT 258075 CHÁ, CAMOMILA embalagem original com 10 sachês, com no mínimo 10g	UN.	102
30-	CATMAT 256088 CHÁ, CIDREIRA embalagem original com 10 sachês, com no mínimo 10g	UN.	102
31-	CATMAT 401735 CHÁ, ERVA DOCE embalagem original com 10 sachês, com no mínimo 10g	UN.	102



32-	CATMAT 462609 GOIABADA, DOCE sem adição de corantes, embalagem original com no mínimo 300g.	UN.	102
33-	CATMAT 463698 AZEITE OLIVA puro, embalagem original com 500ml.	UN.	120
34-	CATMAT 446019 LEITE EM PÓ INTEGRAL, instantâneo, acondicionado em embalagem original com no mínimo 400 g, contendo descrição das características do produto, atendendo a legislação. O produto deverá ter boa solubilidade.	UN.	1278

3. DA JUSTIFICATIVA E DO OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

3.1 A Secretaria Municipal de Saúde de Nova Friburgo, interventora administrativa junto a Clínica de Repouso Santa Lúcia, segundo o Decreto nº 955 de 14 de maio de 2021, pontuado no Art. 5º do decreto, que destaca a unidade interventora como responsável por licitar os gêneros alimentícios para abastecimento da Clínica de Repouso Santa Lúcia;

3.2 A presente aquisição GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA A CONFEÇÃO DO CARDÁPIO DA CASA DE REPOUSO SANTA LÚCIA (cereais, hortifrutigranjeiro, carnes e laticínios), possui o fito de atender as necessidades nutricionais do número de pessoas atendidas na clínica, que concerne a regular a distribuição da alimentação adequada, conforme os cardápios da Casa de Repouso Santa Lúcia, elaborados por nutricionista servidor municipal;

3.3 Os gêneros alimentícios ora solicitados, estão em conformidade com os cardápios estabelecidos por nutricionista da PMNF, para serem praticados no período de 6 (seis) meses. Cardápios em anexo. Quanto à demanda depreendemos que, após levantamentos das necessidades nutricionais, será necessária a aquisição dos produtos especificados abaixo. A quantidade solicitada está de acordo com o número de pessoas a serem atendidas, fornecidos pela Gerência de Saúde Mental da Secretaria Municipal de Saúde, de acordo com os cardápios e quantidade estimada de ingestão por pessoa/comensal. Planilha Estimativa de Consumo/aquisição em anexo.

3.4 O cardápio deve assegurar uma dieta equilibrada e balanceada, adequada à oferta média diária de nutrientes e energia. A quantidade de gêneros alimentícios destinado a cada comensal por dia (per capita) é calculado de acordo com os cardápios base, elaborados por nutricionista da PMNF, respeitando os hábitos alimentares locais e culturais, atendendo as necessidades nutricionais para uma alimentação saudável. Levam-se em consideração os gêneros alimentícios, a quantidade estimada de ingestão dos gêneros por comensal, o número de vezes que cada gênero aparece no cardápio e o número total de comensais beneficiados pela alimentação na Clínica de Repouso Santa Lúcia. Para adequar o quantitativo da alimentação ofertada, visando atender às necessidades específicas de cada período ou momento da Clínica, também, leva-se em consideração a solicitação da direção da Clínica de Repouso Santa Lúcia. Entende-se que o quantitativo da alimentação é variável. Portanto considerar nas Planilhas de Distribuição os quantitativos estimados para a aquisição de



gêneros alimentícios para a alimentação da clínica. Reitera-se, que os cálculos dos números totais para aquisição dos itens descritos na planilha estimativa de consumo e nas planilhas de distribuição são valores aproximados e estimados. Planilhas de distribuição em anexo.

4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1 Não poderão participar do certame as empresas que estiverem sob falência, concurso de credores, dissolução, liquidação ou que estejam, suspensas de licitar e/ou declaradas inidôneas por qualquer órgão da Administração Pública, direta ou indireta, Federal, Estadual ou Municipal, bem como as que estejam punidas com suspensão do direito de contratar ou licitar com a Administração Pública; Ressalvando que as empresas em Recuperação Judicial poderão participar do certame desde que demonstrada, na fase de habilitação, a sua viabilidade econômica, o que se dá com a aprovação e homologação do plano de recuperação judicial (art. 58 da lei nº 11.101/2005);

4.2 Não poderão participar ainda os servidores de qualquer órgão ou entidades vinculadas ao Município de Nova Friburgo, bem assim as empresas das quais tais servidores sejam sócios, dirigentes ou responsáveis técnicos;

4.3 A participação do representante legal da empresa far-se-á por meio de instrumento público de procuração ou instrumento particular, com poderes para formular ofertas e lances de preços e praticar os demais atos pertinentes ao certame, em nome do proponente. Em sendo sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado da empresa proponente deverá apresentar cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos seus poderes para exarar direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

5. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

5.1 Atestado (s) de Capacidade Técnica, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, onde comprove que a licitante tenha fornecido objeto pertinente e em quantidade compatível com o objeto desta licitação, nos mesmos termos do § 4º, do artigo 30, da Lei nº 8.666/93, devendo constar de seu texto as quantidades, itens e periodicidade do fornecimento, assim como deverão estar datado(s), assinado(s) e carimbado(s) pelos responsáveis legais das pessoas jurídicas que os fornecerem.

5.2 A empresa deverá apresentar o Certificado de Inspeção Sanitária para veículo destinado ao transporte de alimentos que será utilizado. Para o LOTE 04 a mercadoria deverá ser entregue em caminhão frigorífico, LOTE 02 a mercadoria deverá ser entregue em caminhão refrigerado ou frigorífico.

5.3 Licença de Funcionamento, conferida pelo órgão sanitário da respectiva Unidade de Federação e laudo de inspeção do estabelecimento.

5.3.1 - No caso de empresas sediadas fora do município de Nova Friburgo – Certificado do SIF-DIPOA – Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal, ou SIE e/ou Título de



Relacionamento emitido pela Delegacia Federal do Ministério da Agricultura da sede da empresa;

5.3.2 No caso de empresas sediadas no Município de Nova Friburgo – Certificado emitido pela Vigilância Sanitária Municipal, dentro do prazo de validade.

6. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1 As despesas decorrentes dos serviços prestados, previstos no presente Termo de Referência correrão por conta da natureza da despesa, fonte de recurso e programa de trabalho, conforme especificado a seguir:

6.1.1	Elemento de Despesa:	33.90.30.15
6.1.2	Fonte de Recurso:	007
6.1.2	Programa de Trabalho:	300001.10.302.0087.2327

6.2 As notas fiscais eletrônicas deverão ser emitidas em nome de: **MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO, CNPJ: 28.606.630/0001-23, ENDEREÇO: AVENIDA ALBERTO BRAUNE, 225, CENTRO, NOVA FRIBURGO - RJ, CEP: 28613-001.**

7. DA APRESENTAÇÃO DE AMOSTRAS

7.1 Antes da adjudicação, a Gerência de Saúde Mental se reserva o direito de solicitar amostra (s) do (s) produtos ofertados, a fim de garantir sua qualidade;

7.2 A amostra deverá estar devidamente identificada com o nome do licitante, conter informações quanto às características, tais como data de fabricação, prazo de validade, quantidade do produto e sua marca;

7.3 O prazo para apresentação da (s) amostra (s) será de 03 (três) dias úteis. O prazo será contado a partir da solicitação feita pelo pregoeiro durante a sessão pública.

7.4 As amostras deverão ser entregues, a Gerência de Saúde Mental, localizada na Secretaria Municipal de Saúde, dentro do horário de 09hs às 15hs, de segunda a quinta.

7.5 As amostras deverão ser entregues acompanhadas de suas Fichas Técnicas ou declaração com informações sobre a composição nutricional dos produtos, demonstrando a responsabilidade dos fornecedores dos gêneros alimentícios pela qualidade físico-química, sanitária dos produtos licitados, declarando em papel timbrado e assinado pelo responsável ou procurador da empresa licitante.

7.6 Os testes serão efetuados pelo corpo técnico deste órgão, que fará avaliação sensorial e nutricional do produto;

7.6.1_Analise nutricional: verificação dos produtos contendo em sua embalagem a marca conforme proposta de preço apresentada na licitação, informação nutricional, data da fabricação,



validade e/ou vida útil dos mesmos, a exigência de que a rotulagem, inclusive a nutricional, esteja em conformidade com a legislação em vigor.

7.6.2 _Análise sensorial: verificação das características sensoriais (odor, cor, textura, sabor e aspecto geral), além de condições satisfatórias da embalagem (não estar furada, rasgada, amassada ou enferrujada)

7.7 A área técnica comunicará ao Pregoeiro se a amostra foi aprovada ou não. Caso não seja aprovada, o Pregoeiro convocará automaticamente a segunda colocada e assim sucessivamente;

7.8 Após a análise técnica, os produtos serão incorporados ao Almoxarifado.

8. DA ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO

8.1 O fornecimento será efetuado conforme conveniência e necessidade, a serem determinados pela **Diretoria da CASA DE REPOUSO SANTA LUCIA**. A mercadoria deverá ser entregue na **CASA DE REPOUSO SANTA LUCIA, endereço Av. Walter Machado Thedin, Km 72, Mury, Nova Friburgo – RJ, CEP 28615-315**, no prazo de 30 dias úteis a partir da solicitação emitida via email (saudentalnf@pmnf.rj.rj.gov.br) pelo Setor ou Comissão de Apoio Técnico da Casa de Repouso Santa Lúcia Responsável pela alimentação, nos quantitativos, especificações e período determinados, conforme Planilhas de Distribuição. O período da entrega é compreendido de segunda a sexta-feira, das 09h às 17h.

8.2-Os produtos serão recebidos pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, que realizará a verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta;

8.3 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste **TERMO DE REFERÊNCIA** e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 03 (três) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.4 Os bens serão recebidos definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante assinatura do Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica – DANFE, pelo responsável fiscal do contrato;

8.5 O recebimento do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

9.DA LIQUIDAÇÃO

9.1 A liquidação será realizada pela Secretaria Municipal de Finanças, Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Gestão, a partir do cumprimento das obrigações elencadas neste Termo de Referência, em obediência ao Decreto nº 258 de 27 de setembro de 2018.

10.DO PAGAMENTO



10.1 O pagamento será efetuado conforme estabelece o Decreto 258 de 27 de setembro de 2018, incluindo o decreto nº 313 de 10 de outubro de 2019, desde que as certidões listadas abaixo estejam dentro da validade:

- Negativa de Débitos Trabalhistas;
- Fazenda Federal – abrange as contribuições sociais;
- FGTS;
- PGE – referente a Dívida Ativa Estadual;
- Municipal – referente ao ISS e Dívida Ativa;
- Estadual CND – referente ao ICMS.

- a. A Nota Fiscal deverá conter a identificação do Banco, número da Agência e da Conta-Corrente, para que possibilite o CONTRATANTE efetuar o pagamento do valor devido;
- b. Na ocorrência de rejeição da(s) Nota(s) Fiscal (is), motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento estipulado acima passará a ser contado a partir da data de sua reapresentação.

11.DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

a.Além das obrigações resultantes da aplicação da lei nº 8666/93 e demais normas pertinentes, são obrigações da CONTRATANTE:

- i. Fiscalizar a aquisição, através de profissional designado para este fim, recebendo o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital, seus anexos e neste Termo de Referência;
- ii. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- iii. Atestar as faturas/notas fiscais da CONTRATADA oriundas da aquisição;
- iv. Efetuar os pagamentos devidos nos prazos estabelecidos a contratada;
- v. Prestar as informações e os devidos esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;
- vi. Aplicar as penalidades constantes no item das Sanções Administrativas do presente Termo de Referência, bem como instrumento editalício e Lei 8.666/93, em caso de descumprimento de qualquer obrigação por parte da CONTRATADA;
- vii. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- viii. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
- ix. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;



- x. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução da presente aquisição, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

12. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E FORMA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

12.1 A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

12.2 Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado do respectivo DANFE.

12.2 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

12.3 Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias;

12.4 Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

12.5 Manter-se, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

12.6 Apresentar ao Setor ou Comissão de Apoio Técnico da Casa de Repouso Santa Lúcia Responsável pela alimentação a NOTA FISCAL ELETRÔNICA para pagamento, acompanhada de todos os DANFEs devidamente atestados pelo responsável do recebimento, para conferência e somatório de todas as mercadorias entregues no período correspondente a emissão desta nota.

12.6.1 Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

12.7 A Contratada ainda ficara sujeita as seguintes condições:

12.7.1 Entregar os produtos contendo em sua embalagem a marca conforme proposta de preço apresentada na licitação, informação nutricional, data da fabricação, validade e/ou vida útil dos mesmos;

12.7.2 Repor os produtos dentro do prazo de validade e/ou vida útil, no caso de qualquer alteração dos mesmos;

12.7.3 Seguir programação semanal enviada por e-mail pelo Setor ou Comissão de Apoio Técnico da Casa de Repouso Santa Lúcia responsável pela alimentação, quanto ao local, quantidade e qualidade a serem entregues;



- 12.7.4** A contratada deverá seguir a solicitação, a programação dos dias da semana e horários/período de entrega/ distribuição dos alimentos enviados por email pelo ao Setor ou Comissão de Apoio Técnico da Casa de Repouso, a programação somente poderá ser alterada com justificativa e aviso prévio ao Setor ou Comissão de Apoio Técnico da Casa de Repouso , e mediante a autorização do Setor.
- 12.7.5** As quantidades dos produtos são estimativas, e a Secretaria Municipal de Saúde não se obriga a adquirir suas totalidades, fazendo de acordo com o desenvolvimento das atividades, observando-se o que dispõe o parágrafo 1º do art.65 da Lei Federal nº 8.666/93;
- 12.7.6** Os gêneros de estoque e perecíveis deverão ser entregues na Clínica de repouso Santa Lucia em período determinado e conforme solicitação do Setor ou Comissão de Apoio Técnico da Casa de Repouso ;
- 12.7.7** Os gêneros estocáveis e perecíveis deverão ser entregues em veículos adequados para transporte de alimento. As carnes e laticínios deverão ser entregues em veículos próprios para o transporte de gêneros congelados e/ou resfriados;
- 12.7.8** Os produtos entregues estarão sujeitos a devolução caso não preservem suas características sensoriais (odor, cor, textura, aspecto geral), além de condições insatisfatórias da embalagem (não estar furada, rasgada, amassada ou enferrujada);
- 12.7.9** Os produtos deverão apresentar prazo de validade, que seja de no mínimo 60%, a contar da data da entrega ou recebimento;
- 12.7.10** Somente será permitida alteração da marca de produto, mediante previa autorização do Setor ou Comissão de Apoio Técnico da Casa de Repouso, sendo demonstrada compatibilidade com todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 12.7.11** Reserva-se a contratante o direito de controlar inicialmente e periodicamente seus fornecedores através de visitas que visam fiscalizar o controle higiênico sanitário do local de fabricação, estocagem e distribuição dos gêneros alimentícios.
- 12.8** Responsabilizar-se, na forma da lei, por quaisquer danos causados diretamente aos bens do Município ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade em razão da existência de fiscalização da Secretaria de Municipal de Saúde;

13 MEDIDAS ACAUTELADORAS

- 13.1** Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.



14 DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

- 14.1 É admissível a fusão, cisão ou incorporação da Contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados por esta nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos, sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato, não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

15 DO CONTROLE DA EXECUÇÃO

- 15.1 O acompanhamento e a fiscalização da aquisição serão exercidos por representantes da Contratante, aos quais competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dar ciência à Administração, na forma dos artigos 67 e 73 da Lei nº 8.666/93;

- 15.2 Para o acompanhamento e fiscalização do presente, ficam designados(as) os(as) agentes públicos(as) abaixo informado(as):

NOME	MATRÍCULA/CPF	GESTOR / FISCAL
Helena Ventura Wembier	079.512.927-02	Gestor titular
Wallace Ribeiro Carépa	129.341.187-62	Gestor substituto
Anderson Vellozo do Nascimento	062.100	Fiscal titular
Emanuelli Machado Mariano Lopes	062.103	Fiscal substituto

- 15.3 O (s) fiscal (is) do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário a regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

- 15.4 O fiscal designado pela Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da aquisição;

- 15.5 A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

16 DA RESPONSABILIDADE TÉCNICA PELA ELABORAÇÃO DO PRESENTE TERMO

- 16.1 O presente documento foi elaborado em conjunto com os responsáveis técnicos dos setores, que se responsabilizam por todas as informações e exigências técnicas aqui apresentadas.

17 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS



17.1 O descumprimento, por parte da CONTRATADA, das obrigações assumidas no Presente Termo de Referência, ou o descumprimento dos preceitos legais pertinentes, ensejará a aplicação das sanções previstas na lei 8.666/93.

18.1.1 Comete infração administrativa a contratada que:

- Não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
- Apresentar documentação falsa;
- Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
- Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- Não manter a proposta;
- Cometer fraude fiscal;
- Comportar-se de modo inidôneo;

17.2 Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como Me/EPP, ou conluio, entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances;

17.3 Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à empresa, observando a gravidade das faltas cometidas, as seguintes sanções:

17.3.1 Advertência;

17.3.2 Multa:

18.3.2.1 compensatória no percentual de até 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total do contrato, pela recusa em assiná-lo, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, após regularmente convocada, sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas;

18.3.2.2 compensatória no percentual de até 5% (cinco por cento) do valor da fatura correspondente ao mês em que foi constatada a falta; (quando for o caso)

18.3.2.3 moratória no percentual correspondente a 0,5% (meio por cento), calculada sobre o valor total do contrato, por dia de inadimplência, até o limite máximo de 10% (dez por cento), ou seja, por 20 (vinte) dias, o que poderá ensejar a rescisão do contrato;

18.3.2.4 moratória no percentual de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total da contratação, pela inadimplência além do prazo acima, o que poderá ensejar a rescisão do contrato;

17.3.3 Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

17.3.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior;



- 17.4 As multas e outras sanções aplicadas só poderão ser relevadas, motivadamente e por conveniência administrativa, mediante ato da Administração, devidamente justificado;
- 17.5 As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis;
- 17.6 A aplicação de quaisquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei n.º 8.666/93.

18 DA SUBCONTRATAÇÃO

- 18.1 Não será admitida a subcontratação do objeto.

19 DA RESCISÃO

- 19.1 O inadimplemento de cláusula estabelecida neste Termo de Referência, bem como na legislação vigente, por parte do fornecedor, assegurará à Secretaria Municipal de Saúde o direito de rescindi-la, mediante notificação, com prova de recebimento;
- 19.2 Além de outras hipóteses expressamente previstas no artigo 78 da Lei n.º 8.666/1993, constituem motivos para a rescisão do contrato:
- 19.2.1 Atraso na entrega do objeto, sem justa causa e prévia comunicação à Secretaria Municipal de Saúde, representada pela Comissão de Apoio Técnico da Casa de repouso Santa Lúcia ;
- 19.2.2 O cometimento reiterado de falhas, comprovadas por meio de registro próprio efetuado pelo representante da Secretaria Municipal de Saúde.
- 19.3 Ao Município de Nova Friburgo é reconhecido o direito de rescisão administrativa, nos termos do artigo 79, inciso I, da Lei n.º 8.666/93, aplicando-se, no que couber, as disposições dos parágrafos primeiro e o segundo do mesmo artigo, bem como as do artigo 80.

Nova Friburgo/RJ, ____ de _____ de 20____.

GESTOR:	APOIO TÉCNICO:
 Felippe de Jesus Schenquel Matr.: Nº 62101	 Anderson Vellozo do Nascimento Matr.: <Nº 62100

Ratifico o presente termo de referência, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93, bem como autorizo **O PROSSEGUIMENTO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO.**



Ciente, de acordo:

Nicole Ribeiro Lessa Cipriano

Secretário(a) Municipal de Saúde

Matr.: nº 106137